



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2022

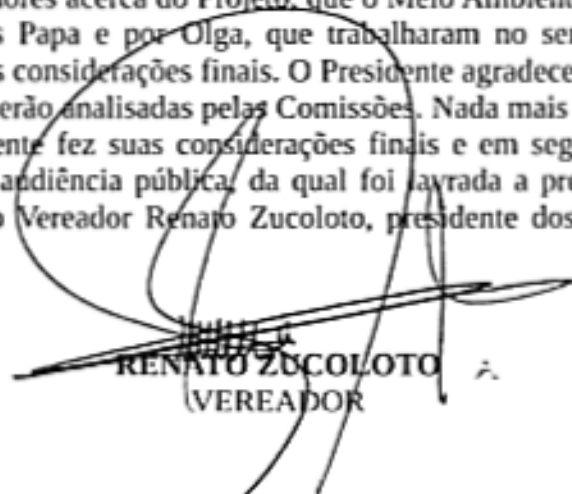
Aos dez dias do mês de agosto de 2022, às 18:50hs no Plenário da Câmara Municipal foi realizada a quarta audiência pública para debate acerca do Projeto de Lei Complementar nº 11/2022, que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de Ribeirão Preto. A audiência foi presidida pelo Ver. Renato Zucoloto, teve a participação do Ver Elizeu Rocha, Marcos Papa, dos técnicos da Secretaria de Planejamento e de todos aqueles que assinam a lista de presença; houve transmissão ao vivo pelo Youtube e redes sociais, contou com a transmissão na linguagem brasileira de sinais, houve participação presencial e pela plataforma digital (*on line*). O Presidente iniciou cumprimentando todos os presentes, agradeceu o Secretário e os técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento pelo diálogo e trabalho no desenvolvimento dos estudos e análises, também agradeceu os Vereadores da Casa, a ACI, os moradores do Jd Canadá que sempre se fizeram presentes; que já realizaram algumas audiências públicas para debate do Projeto de Lei Complementar, que esta é mais uma audiência realizada com a finalidade de conferir transparência e publicidade ao Projeto e ainda propiciar a participação da população na elaboração desta importante lei para o Município de Ribeirão Preto; ressaltou que sobretudo, é preciso privilegiar o interesse público, tentando ainda harmonizar todos os interesses da população envolvidos na matéria; que até o momento há 68 emendas apresentadas ao Projeto, explicou a todos cada uma das modalidades de emendas regimentalmente previstas, e sua tramitação, que a CCJ já analisou e continuará analisando-as; apresentou a todos cada uma das emendas, com exposição no telão, explicando-as individualmente; acrescentou que todas as estão disponíveis no site da Câmara Municipal para consulta pública, que aqueles que tenham qualquer dúvida podem procurar os gabinetes dos vereadores, que a regra é que as restrições cartoriais foram observadas em toda a cidade. O Presidente explicou sobre o PAR (Plano de ação regional) a ser aplicado na cidade de Ribeirão Preto. Explicou acerca da tramitação e da dinâmica de votação do Projeto e emendas. Falou das emendas retiradas, que a Emenda 30 foi retirada atendendo as demandas apresentadas pela população em audiência pública, solicitada a explicação da emenda 30 por uma munícipe presente, foi objeto de explanação pelo Presidente da audiência pública. As emendas 35, 36, 38 também foram retiradas pelos autores das matérias, atendendo as demandas dos participantes das audiências públicas; com a palavra Ver Elizeu Rocha cumprimentou todos os presentes, falou acerca da participação popular, em especial da atuação dos moradores do Jd. Canadá, que discutiram e participaram de todo o processo de formação e tramitação da propositura, que é importante a discussão pela população no momento dos debates, antes da Lei ser aprovada; citou os as leis complementares ao Plano Diretor já aprovadas, que a cidade precisa destas Leis; acrescentou que recebeu muitos munícipes que apresentaram dúvidas e sugestões. O Presidente recebeu sugestão de Gildeci Aparecida com relação a Rua Armando Marabesi, para que possam ser feitos estudos para que a Rua seja de uso misto, que a sugestão está sendo recebida nesta audiência pública e será devidamente apreciada. Em seguida o Presidente falou das emendas que foram apresentadas pela CCJ, explicou o trâmite regimental; explicou as demais emendas apresentadas ao Projeto. Informou que a CCJ apresentou estas emendas visando adequar alguns pontos do Projeto, que a CCJ tem competência para apreciar a constitucionalidade e legalidade das emendas apresentadas; que os vereadores se debruçaram sobre o Projeto, que pretendem fazer um parecer final e que brevemente, superadas algumas questões pontuais que cada vereador possa se manifestar politicamente em Plenário; Vereador Marcos Papa com a palavra cumprimentou todos os presentes, parabenizou o Ver. Renato Zucoloto e Elizeu Rocha pela dedicação e exaustivo trabalho nesse projeto, que a cidade necessita dessa Lei, que enxergam avanços neste Projeto, mas tem preocupação com a



ausência do Código Municipal de Meio ambiente, que esse Projeto faz 30 (trinta) referências ao Código de meio ambiente, também menciona a lei de mobilidade urbana e de saneamento básico da cidade, que assim, é preciso que o Legislativo tivesse acesso aos citados projetos de lei para que sejam analisados em conjunto; na condição de presidente da Comissão Permanente de meio ambiente, sustentabilidade e mobilidade urbana, afirmou que é preciso pensar também se a lei está ecologicamente correta; falou do Aquífero Guarani, que não há um consenso sobre a classificação das zonas de recarga, que providenciaram uma emenda pela Comissão Permanente de Meio Ambiente, que estão colhendo as assinaturas, no sentido de que os parcelamentos vindouros aconteçam a partir da chegada na Câmara Municipal do Código de Meio Ambiente, reforçando a necessidade de legislar pensando também na preservação; O Presidente apresentou a emenda 68, falou da análise e aprovação do Plano Diretor do Município, que o Legislativo teve responsabilidade de prever uma taxa de impermeabilidade das áreas da Zona Leste de 35%, enquanto que no Código Florestal é 20%, que entende a preocupação do Ver Marcos Papa, mas é necessário para a cidade uma Lei de parcelamento, uso e ocupação do solo e que como já destacado algumas vezes, a cidade está muito atrasada no tocante a esta normatização no Município, até porque a Legislação que está em aplicação é a lei ripristinada; que tem conversado com o Executivo para que mandem o Código de Meio Ambiente o quanto antes, que acredita que o Código Municipal de meio ambiente não será nem mais restritivo, nem mais permissivo que o Plano Diretor; acrescentou sobre a necessidade de se captar água de superfície, até para preservação do aquífero Guarani; na sequência, Vereador Renato Zucoloto abriu a palavra aos presentes; Sr. Silvio Contarte, representando o Instituto 2030 cumprimentou a todos, solicitou explicação de como acessar as emendas. O Presidente explicou que as emendas e o Projeto estão todos disponíveis no site da Câmara, demonstrou o passo a passo no site da Câmara Municipal de como efetuar a consulta, acrescentou ainda que aqueles que tiverem interesse, podem encaminhar sugestões por e-mail, podem também contatar os gabinetes que estão à disposição, que tem todos os dados no site da Câmara, que esta é a quarta audiência, que inclusive os técnicos da Secretaria do Planejamento vieram para caso surja alguma dúvida técnica em relação ao Projeto; Na sequência, Dra Maria Helena Cividanes, participando pela plataforma digital, cumprimentou a todos, que está em representação do Instituto 2030, parabenizou a Câmara pelo trabalho, falou do Projeto e de institutos como o IPTU progressivo, outorga onerosa e das normas que regulam a ocupação, que tenham sua aplicabilidade vinculada a conclusão dos estudos dos chamados PAR, na medida em que a sistemática apresentada pelo Poder Executivo está toda calcada nesses planos, que sem a conclusão dos PAR, a Lei ficaria incompleta/imperfeita, impossibilitando a aplicação de vários dispositivos, carecendo de lógica em sua execução e propiciando ambiente de judicialização, o que não interessaria a ninguém; acrescentou que o Instituto propõe que seja formado um Comitê técnico de apoio a Prefeitura Municipal para elaboração de estudos pertinentes ligados à área urbanística, em trabalho voluntário, sem custos para os cofres. O Presidente agradeceu a contribuição, acrescentou que a Emenda 52 foi discutida com membros da CCJ e também com outros Vereadores, que entenderam de maneira semelhante ao Proposto pela Dra Maria Helena, que a cidade foi dividida em UOP's, que deverão ser realizados estudos regionais e cada UOP um PAR, como a outorga onerosa é um instrumento de planejamento e não arrecadatório, que a CCJ entendeu relevante e formulou a Emenda 52. Sr. Amarildo Ferreira de Menezes, representante do Jd. Canadá cumprimentou a todos, parabenizou os trabalhos dedicados a esse importante Projeto, teceu comentários acerca da localidade abrangida pelo Jd. Canadá, agradeceu a Câmara de Ribeirão Preto e aos Vereadores que receberam os moradores do Jd Canadá e ouviram as demandas apresentadas. Sra. Olga, participando pela plataforma digital cumprimentou a todos, em nome da Associação de defesa regional do meio ambiente, manifestou acerca da importância e complexidade do Projeto de lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, da necessidade que a cidade possui de ter uma lei equilibrada e discutida, parabenizou a todos pelos trabalhos desenvolvidos; que concorda com a



manifestação do Ver Marcos Papa no tocante a interdependência com outras Leis Complementares, que seria adequado que as discussões dos Projetos fossem concomitantes, para evitar vulnerabilidades, tanto para uma lei quanto para outra; ressaltou que no Projeto de Lei em discussão, se depararam com a definição de uma subdivisão das ZUE em zonas de recarga, que assim, consultaram geólogos especialistas no Aquífero Guarani, que não reconheceram as definições técnicas que foram utilizadas, que buscaram ainda a Associação Paulista de Geólogos, que entendem que não é possível em um projeto que cria dispositivos de infiltração e recarga na área do Aquífero Guarani que não estejam consolidados em conhecimento técnico-científico, com risco de criar fragilidades para o Aquífero; que entendem que a definição de área de recarga seria matéria do Código de Meio Ambiente, solicitando seja ampliado o debate técnico-científico, remetendo a definição para o Código de Meio Ambiente. Vereador Renato agradeceu e passou a palavra a Carla Roxo, Arquiteta e urbanista, assessora do Ver. Marcos Papa, cumprimentou a todos e parabenizou os envolvidos nos trabalhos do Projeto de Lei Complementar, falou acerca do prazo para os PAR, que o Vereador Marcos Papa apresentou a emenda 10, estabelecendo o prazo de até 1 ano, para que o PAR fosse implementado na cidade de Ribeirão Preto, pois sem este, muitos instrumentos não conseguirão ser aplicados; citou ainda a emenda apresentada pelo Ver Papa da participação do COMUR no fundo de urbanismo. O Presidente manifestou que é preciso que a cidade seja não hostil ao Meio Ambiente, a questão da sustentabilidade, mas também não hostil ao empreendedor, justificou a necessidade de apreciar a matéria, até para que a cidade possa avançar. Sr. Paulo César Malavoglia, morador do Jd Canadá, cumprimentou a todos, afirmou que os moradores do bairro participaram de todas as audiências públicas, apresentaram demandas no sentido de manter o bairro como unifamiliar e estritamente residencial de maneira expressa no corpo da Lei, apresentou uma crítica no sentido da cidade estar classificada como zona mista, mesmo com a previsão de preservação das previsões cartoriais. O Presidente agradeceu, afirmou que o Projeto veio do Executivo com a previsão da preservação das restrições cartoriais, que foram retiradas as emendas que poderiam tornar vulnerável o Jardim Canadá, salvo os corredores comerciais, como de conhecimento de todos, somente outra lei complementar poderá alterar tal situação no bairro; que é preciso ouvir a população interessada e que no futuro as demandas podem se modificar, lembrou que a cidade está sempre em constante movimento, o Boulevard passou por situação em que os moradores queriam o bairro estritamente residencial, posteriormente, isso mudou e veio o pleito no sentido de permitir atividades comerciais no bairro; outra mudança também aconteceu no Recreio das Acácias que eram chácaras unifamiliares e com loteamentos maiores, e por demanda dos moradores, houve uma modificação no parcelamento, uso e ocupação do solo em tal área; Amauri Francisco Lépore, diretor na Secretaria do Planejamento, cumprimentou a todos, agradeceu os técnicos envolvidos, parabenizou a Câmara, que tem dialogado tecnicamente com os Vereadores acerca do Projeto, que o Meio Ambiente é muito importante como ressaltado pelo Ver Marcos Papa e por Olga, que trabalharam no sentido de compatibilizar os projetos em seguida fez suas considerações finais. O Presidente agradeceu a todos, que as sugestões estão sendo recebidas, que serão analisadas pelas Comissões. Nada mais havendo, nem interessados em se manifestar, o Presidente fez suas considerações finais e em seguida, às 20:43hs, declarou encerrados os trabalhos da audiência pública, da qual foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada pelo Vereador Renato Zucoloto, presidente dos trabalhos desta audiência pública.



RENATO ZUCOLOTO
VEREADOR